

# Legislação & Tributos | SP

Falência Juiz de recuperação judicial libera propriedade de ex-dono da Vasp

# Fazenda de Canhedo deve ficar para trabalhadores

Adriana Aguiar  
De São Paulo

Os trabalhadores da Vasp estão ainda mais próximos de obter a posse definitiva da Fazenda Piratininga — que pertence ao ex-proprietário da Vasp, Wagner Canhedo — como forma de pagar parte das dívidas trabalhistas. O juiz da Vara de Falências do Distrito Federal, Fernando Brandini Barbagalo, responsável pela análise do pedido de recuperação judicial da Agropecuária Araguaia — também pertencente ao Canhedo — excluiu a fazenda Piratininga dos bens que deveriam ser mantidos no processo. Com isso, a propriedade agora fica liberada, caso o juiz auxiliar de execução da Vasp

entenda por dar a posse definitiva da Fazenda aos trabalhadores. A propriedade, localizada no norte de Goiás está avaliada em R\$ 421 milhões. A dívida estimada da Vasp com os trabalhadores é de cerca de R\$ 1 bilhão. A empresa teve a falência decretada em setembro de 2008.

De acordo com a decisão da vara de falências do Distrito Federal, o prazo para apresentar o rol de bens essenciais ao exercício da empresa em recuperação se esgotou e não foi apresentado pela empresa em recuperação. Por isso, o juiz excluiu a Fazenda Piratininga dos bens que serão mantidos na recuperação da Agropecuária Araguaia. A decisão é de quarta-feira passada e ainda aguarda publicação no

Diário Oficial do Estado.

Com essa decisão, a propriedade reivindicada pelos trabalhadores fica livre de contestação no processo movido em Brasília relacionado à recuperação da Agropecuária Araguaia, na opinião do advogado Carlos Duque Estrada Jr., que representa 550 trabalhadores da Vasp em 870 ações. "Como houve perda de prazo da parte interessada, não há como recorrer disso", afirma. O advogado que cuida do processo de recuperação da Agropecuária Araguaia, não foi localizado.

Os ex-trabalhadores da Vasp mantêm, agora, a expectativa com relação à decisão do juiz auxiliar de execução sobre a posse definitiva da Fazenda. A juíza Elisa Maria Secco Andreoni já pe-

diu ao Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo e ao Sindicato Nacional dos Aeronautas — partes no processo trabalhista — um planejamento sobre como a fazenda seria mantida e administrada pelos ex-funcionários da Vasp, para depois decidir sobre a posse. O Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo já apresentou o plano que prevê a criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) até que seja vendida e seus ativos transformados em cotas para pagar os trabalhadores. Já o Sindicato Nacional dos Aeronautas, que pediu a prorrogação do prazo de apresentação, terá de apresentar o plano até amanhã. A partir disso, é esperado que a Justiça decida sobre a posse.

## Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Despesas de custas - em R\$

Custas	
Feitos de competência originária	
Ação penal	200
Ação rescisória	200
Comunicação	50
Conflito de competência	80
Conflito de atribuições	50
Exceção de impedimento	50
Exceção de atribuições	50
Exceção da verdade	50
Inscrito	50
Interpelação judicial	50
Intervenção federal	50
Mandado de injunção	50
Mandado de segurança com um impetrante	100
Mandado de segurança com mais de um impetrante (cada excedente)	50
Medida cautelar	200
Petição	20
Reclamação	50
Representação	50
Revisão criminal	200
Suspensão de liminar e sentença	200
Suspensão de segurança	200
Embargos de divergência	100
Ação de improbidade administrativa	100
Homologação de sentença estrangeira	100
Recursos interpostos e instância inferior	
Recurso em mandado de segurança	100
Recurso especial	100
Apelação cível	200

Na internet: [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)

Fonte: Superior Tribunal de Justiça (STJ)

## Marcas

Serviços de registro no INPI - em R\$

	Retribuição 1	Retribuição 2
Depósito de pedido de registro de marca		
De produto ou serviço (nominativa)	260,00	130,00
De produto ou serviço (figurativa)	260,00	130,00
De produto ou serviço (mista)	260,00	130,00
De produto ou serviço (tridimensional)	390,00	195,00
Coletiva ou de certificação (nominativa)	390,00	195,00
Coletiva ou de certificação (figurativa)	390,00	195,00
Coletiva ou de certificação (mista)	450,00	225,00
Coletiva ou de certificação (tridimensional)	520,00	260,00
Primeiro declínio de validade de marca		

Supremo Tribunal Federal (STF)

Justiça do Trabalho